



Leda Buonfiglio
Organizadora

Os territórios populares do **Centro de Niterói**

Autores

Clarissa da Costa Moreira | Ellen Libório de Azevedo
Ester Limonad | Guilherme Rodrigues Barbosa
João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro
Letícia Carvalho Gianella | Luiz Othon Agenese Bezerra de Mello
Matheus Vivo Meneguesso | Rafael Barsotti de Oliveira Castro Torres

LETRACAPITAL



Universidade
Federal
Fluminense

Copyright ©Leda Buonfiglio (Org.), 2024

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios
empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

REVISÃO Rita Luppi

PROJETO GRÁFICO E CAPA Jenyfer Bonfim

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

T316

Os territórios populares do Centro de Niterói / organização Leda Velloso
Buonfiglio - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2024.

116 p. ; 21x28 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5252-211-5

Formato: ePDF

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: world wide web

1. Territórios populares. 2. Área central de Niterói. 3. Territórios de pesca. 4.
Camelôs. 5. Circuito universitário. I. Buonfiglio, Leda Velloso

24-5723

CDD: 300

CDU: 304

Carla Rosa Martins Gonçalves - Bibliotecária - CRB-7/4782

LETRA CAPITAL EDITORA

Tels.: (21) 3553-2236 / 2215-3781 / 99380-1465

www.letracapital.com.br

Leda Buonfiglio
Organizadora

Os territórios populares
do Centro de Niterói

LETRAPITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

Axel Grael

Prefeito

José Renato da Gama Barandier Jr.

Secretário de Mobilidade e Urbanismo

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Reitor

Fábio Barboza Passos

Vice-reitor

Leila Gatti Sobreiro

Pró-Reitora de Extensão

Angélica Carvalho Di Maio

Diretora do Instituto de Geociências

Valter do Carmo Cruz

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Cristina Pessanha Mary

Chefe do Departamento de Geografia

Leda Velloso Buonfiglio (GEOGRAFIA/IG/UFF)

Coordenação do Livro

Ester Limonad

Fernanda Ester Sanchéz García

João Luiz Barbosa

Leandro Dias de Oliveira

Comissão Científica

Clarissa da Costa Moreira (EAU/UFF)

Ester Limonad (PPGEO/UFF)

Guilherme Rodrigues Barbosa (IPPUR/ UFRJ)

João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro (UERJ)

Letícia Carvalho Gianella (ENCE/IBGE)

Luiz Othon Agnese Bezerra de Mello (Larq Arquitetura e Planejamento)

Rafael Barsotti de Oliveira Castro Torres (PPGG/UFRJ)

Matheus Vivo Meneguesso (PPGG/UFRJ)

Ellen Libório de Azevedo (ENCE/IBGE)

Pesquisadores, Consultores e Coautores

Aline Firmino da Silva Guimarães (Graduação em Geografia)
Bruno Bernardes Rodrigues Pucci (Graduação em Geografia)
Carolina Costa Pereira (Graduação em Geografia)
Claudio Lucas Mello Martins (Graduação em Geografia)
Gabriel Figueiró Santos Gomes (Graduação em Geografia)
Guilherme Rodrigues Barbosa (Graduação em Arquitetura e Urbanismo)
Lorena Borges Gaia (Graduação em Geografia)
Lucas Ramos Moreira (Graduação em Geografia)
Lucas Xavier de Souza (Graduação em Geografia)
Pedro Martins Rodrigues Maciel (Graduação em Geografia)
Valentina Magalhães Rodrigues (Graduação em Geografia)
Vicente Bretas Gomes dos Santos (Graduação em Geografia)
Discentes UFF

Paulo da Silva Santos (Fotos aéreas de drone)
Renato da Silva Lopes (Geoprocessamento)
Ulisses Carlos Silva Ferreira (Curso Geoprocessamento)
Luiz Othon Agenese Bezerra de Mello (Estudos de Viabilidade
e Oficina dos Vazios Urbanos)
Profissionais e demais prestadores de serviço

CONSELHO EDITORIAL LETRA CAPITAL EDITORA

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio) | Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM) | Claudio Cezar Henriques (UERJ)
Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA) | João Luiz Pereira Domingues (UFF)
João Medeiros Filho (UCL) | Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ) | Lina Boff (PUC-Rio)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ) | Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ) | Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ) | Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO) | Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ) | Sandro Ornellas (UFBA)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR) | Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

Agradecimentos

Agradecemos à Prefeitura Municipal de Niterói que financiou a pesquisa que deu origem ao presente livro, por meio do Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados (PDPA); à Fundação Euclides da Cunha pelo apoio à gestão do Projeto (4427); à Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade (SMU) do Município de Niterói pelo apoio e acesso aos dados que viabilizaram a pesquisa; ao Laboratório de Estudos: Cidade, Espaço e Lugar (Gecel) ligado ao Departamento de Geografia que abrigou o projeto, bem como ao Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo, ambos da Universidade Federal Fluminense, pelo apoio institucional.

Sumário

Prefácio	11
Apresentação. A área central de Niterói: uma primeira aproximação	15
Capítulo 1. Desconstruir para reconstruir outras narrativas urbanas.....	27
Capítulo 2. Os territórios populares:camelôs e universitários	45
Capítulo 3. Os territórios populares:territórios da pesca.....	61
Capítulo 4. Territórios populares, vazios urbanos e moradia social inclusiva.....	85
Considerações finais	109

Lista de figuras

Figura 1 – Projeto de Edificação da Vila Real da Praia Grande.	31
Figuras 2 e 3 – Enseada de São Lourenço antes do aterro (década de 1920) e vista geral da orla da área central de Niterói antes do aterro da Praia Grande (1918).	33
Figura 4 – Principais intervenções urbanísticas na cidade de Niterói de 1820 a 1942.	33
Figura 5 – Barcos dos marisqueiros da TAMBOA atracados ao longo da rampa de acesso à praia e na areia, ao lado do tómbolo da Ilha da Boa Viagem.	65
Figuras 6, 7 e 8 – Área de atuação dos marisqueiros com estrutura improvisada em pequena enseada da Ilha da Boa Viagem.	66
Figura 9 – Cultivo de mexilhões presos a flutuadores na Enseada de Jurujuba, Niterói.	67
Figura 10 – Área do aterro da Praia Grande.	70
Figuras 11 e 12.	71
Figuras 13, 14, 15 e 16 – Cais e Barcos da Comunidade de Pescadores da Praia Grande.	71
Figuras 17, 18, 19 e 20 – Capela de São Pedro na Comunidade da Praia Grande construída pelos próprios pescadores e fundada em 1985.	72
Figuras 21, 22, 23, 24 e 25 – Área central da comunidade de pescadores.	76
Figuras 26 e 27 – Oficina de Cartografia Social: Comunidade de Pescadores da Praia Grande.	77
Figura 28 – Cais da Ponta D’Areia.	81
Figura 29 – Reforma do cais realizada pela Prefeitura de Niterói no primeiro semestre de 2023.	82
Figura 30 – Aterro de São Lourenço.	91
Figura 31 – Ampliação sobre a base do mapa da Zona Especial de Preservação do Ambiente Cultural.	96
Figura 32 – Estudos de viabilidade para a Rua Feliciano Sodré.	104
Figuras 33 e 34 – Estudos de viabilidade para a Rua São Pedro.	105
Figuras 35 e 36. – Estudos de viabilidade para a Rua Visconde de Sepetiba.	106
Figuras 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46 – Fotos da Oficina Vazios Urbanos no Centro de Niterói na UFF – Apresentação e debate de ideias de arquitetos e urbanistas, professores, pesquisadores (ObservaCentro, UFF, NEPHU, CAU/RJ), gestores (SMU, Caixa Econômica Federal, Secretaria Municipal de Habitação) e militantes (MNLM, Prédio da Caixa).	109

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Famílias inscritas no Cadastro Único de 2012 a 2024.	40
Gráficos 2a e 2b – Famílias em Situação de Pobreza e Extrema Pobreza no Centro Expandido de Niterói.	42
Gráficos 3a e 3b – Tipos de Uso de Solo: Moradia/ Favela – Centro Expandido de Niterói.	43
Gráfico 4a e 4b - Tipos de Uso de Solo: Moradia/Ocupação Desordenada – Centro Expandido de Niterói.	43
Gráficos 5, 6, 7 e 8 – Perfil de Camelôs.	49
Gráficos 9, 10, 11 e 12 – Camelôs e sua relação com a Cidade e com o Centro de Niterói.	50
Gráficos 13, 14, 15, 16, 17 – Camelôs: Trabalho & Renda.	51
Gráficos 18, 19, 20, 21, 22 e 23 – Perfil socioeconômico Cantareira.	56
Gráfico 24, 25, 26, 27, 28 e 29 – Perfil de Estudantes Universitários.	57
Gráficos 30, 31, 32 e 33 – Moradia Estudantil.	59

Lista de mapas

Mapa 1 – Delimitação geográfica da área de abrangência “Centro Expandido de Niterói”.	22
Mapa 2 – Território dos camelôs.	23
Mapa 3 – Território do circuito universitário.	23
Mapa 4 – Territórios de Pesca.	24
Mapa 5 – Localização das barracas de camelôs entrevistados.	48
Mapa 6 – Circuito Universitário e Território Estudantil conforme locais citados e frequentados.	55
Mapa 7 – A Cantareira e arredores – Localização das entrevistas.	56
Mapa 8 – Entre a Ilha da Boa Viagem e o Morro do Palácio, áreas demandadas pelos marisqueiros – marcação levantada na oficina.	68
Mapa 9 – Comunidade de pescadores da Praia Grande.	73
Mapa 10 – Entorno da Comunidade da Praia Grande.	74
Mapa 11 – Áreas de pesca e do deslocamento dos pescadores da Praia Grande.	78
Mapa 12 – Marcadores de identificação da comunidade de Ponta D’Areia.	80
Mapa 13 – Mapeamento base, Guilherme Rodrigues 2022.	92
Mapa 14 – Levantamento Geral dos Vazios Urbanos do Centro de Niterói.	94
Mapa 15 – Organização da área a levantar por setores, 2022.	97

Mapa 16 – Vazios por Setores – Área 1.	98
Mapa 17 – Vazios por Setores – Área 2.	99
Mapa 18 – Vazios por Setores – Área 3.	100
Mapa 19 – Vazios por Setores – Área 4.	101

Lista de quadros

Quadro 1 – Posição de Niterói nos eixos Economia, Trabalho e Rendimento, Educação e Saúde (anos 2021- 2022).	39
Quadro 2 – Evolução na arrecadação dos royalties e da participação especial – Niterói.	41

Lista de tabelas

Tabela 1 – Perfil Famílias Niterói – CadÚnico.	40
Tabela 2 – Levantamento de Vazios Urbanos na área Central de Niterói.	95

Prefácio

Territórios Populares do Centro de Niterói, publicação organizada por Leda Buonfiglio, docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, traz uma preciosa pesquisa sobre sujeitos e sujeitas em suas invenções práticas de trabalho, morada e mobilidade em uma cidade plural, porém profundamente marcada por desigualdades sociais e distinções corpóreas de direitos.

Recorrendo à categoria de território usado de Milton Santos como linha construção da investigação que costura o tecido fino do conhecimento, o diálogo com o popular ganha o sentido de potência de criar, de agir, de fazer a vida social em meio a contradições, conflitos e confrontos que, geralmente, invisibilizam os atos de resistência e existência inscritos nos territórios populares.

Deve-se insistir que a maestria do trabalho aqui em enunciação se localiza no diálogo amplo e profundo dos autores em sua diversidade. Chamamos atenção para o caminho adotado de produção compartilhada do conhecimento envolvendo sujeitos autores em suas diferentes posições, porém que se reconhecem não somente como sujeitos pesquisadores e sujeitos pesquisados, mas sobretudo como portadores de saberes e fazeres. Praticantes do território que elaboram olhares, narrativas e intenções que, mesmo diferenciadas em seus posicionamentos sociais, não se provocam como estranhos, mas sim como próximos para o desvelamento social da cidade e da busca da superação das suas desigualdades inscritas em seus becos, ruas e avenidas.

É igualmente importante sublinhar o recorte espacial do estudo: o centro da cidade. Considero que as centralidades urbanas são espaços que condensam o agora e o devir das cidades e metrópoles contemporâneas e, por isso, se tornam abrigo das possibilidades de transformações maiores e mais radicais do espaço urbano tão profundamente marcado por desigualdades interseccionadas de classe, raça e gênero e território. Podemos concluir, com a leitura atenta do livro em apresentação, que o centro, como recorte de estudo, se faz síntese dos rumos possíveis da cidade, é onde o futuro se lança como presente e o direito à cidade é exigência permanente.

É assim que os praticantes do território emergem em busca de seu reconhecimento político como sujeitos corporificados de direitos. Lá estão eles em presença no comércio e nos serviços dos ofícios populares; nas ocupações vigorosas dos trabalhadores e trabalhadoras sem teto e dos despejados em situação de rua; nas esquinas noturnas buscando sobreviver com dignidade às violências cotidianas da lgtbfobia; das praças onde juventudes negras recriam suas vidas, por vezes canceladas, com arte e cultura; nos recantos marítimos, onde comunidades pescadoras afirmam a natureza como parceira da existência humana; e, sem dúvida, nas favelas que margeiam o centro da cidade com sua imponente luta pelo legítimo direito de habitar a cidade.

Tudo isso e talvez muito mais (o livro é sempre uma obra em descoberta!) percorrem os quatro capítulos nomeados de modo muito direto e preciso: i) “Desconstruir para reconstruir outras narrativas urbanas” (Leda Buonfiglio); ii) “Os territórios populares – camelôs e universitários” (Leda Buonfiglio); iii) “Território da Pesca” (Letícia Carvalho Gianella, Rafael Torres, Matheus Vivo Meneguesso e Ellen Libório de Azevedo); iv) “Territórios populares,

vazios urbanos e moradia inclusiva” (Clarissa Moreira, Guilherme Rodrigues Barbosa e Luiz Othon Agnese Bezerra de Mello). São composições plurais guardando unidade de crítica teórica e da ousadia metodológica de uma investigação inédita, ampla, provocativa e reveladora de encruzilhadas do centro de Niterói.

Precisamos aqui chamar a atenção para cuidadoso mapeamento do processo de formação da cidade de Niterói. Evidentemente construído em um enorme esforço de síntese e tendo o centro da cidade como sua mirada guia. Abre-se, então, a oportunidade de conhecer um processo denso de mudanças acumuladas na paisagem em fotografias, nos lugares marcados das imagens de satélite e dos territórios inscritos nos mapas. Aterros, construções, demolições, reconstruções fazem parte da história da cidade vista do centro. É assim que certas configurações urbanas ganham seu destaque, notadamente expressas nas arquiteturas do porto ao Caminho Niemeyer, das avenidas aos *shoppings*, da Estação das Barcas às igrejas. Entendo, porém, que há uma escrita a contrapelo da história urbana de Niterói, mais especificamente quando seus autores elegem os territórios populares como ângulo de leitura crítica do centro da cidade. Nessa outra cartografia não são apenas o Estado, as empresas e as corporações os exclusivos agentes de produção do espaço. Surgem na cena sociopolítica personagens invisíveis e invisibilizados em seus territórios de existência. Eles se fazem geografia do urbano em disputa do sentido da apropriação e uso social, da identidade e da pertença cultural, do corpo e do território. É esta, sem dúvida, a preciosidade maior do livro: guardar a utopia do devir popular da cidade.

A missão daquele que tem a honra de prefaciар uma obra literária e científica é, na verdade, fazer um convite aos leitores e leitoras para adentrar nos escritos das próximas páginas com a imaginação aguçada. Então, se a nossa missão foi bem cumprida, espero vocês para uma nova conversa, daqui a pouco, ao final do livro.

Jorge Luiz Barbosa

*Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do Conselho Nacional
de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
Bolsista do Programa Cientista do Nosso Estado – FAPERJ.*

Apresentação

A pesquisa que originou esta obra buscou construir uma cartografia de territórios na escala intraurbana do centro da cidade de Niterói e contribuir para o reconhecimento e valorização desse universo popular, diverso e heterogêneo. Assim, este livro é resultante da pesquisa desenvolvida no decorrer de dois anos e meio, entre 2021 e 2023, no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados (PDPA), fruto de um convênio firmado entre a Prefeitura de Niterói (PMN), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Fundação Euclides da Cunha (FEC). O projeto intitulado “O Centro que queremos: proposta de implementação do Observatório do Centro de Niterói (ObservaCentro)” foi coordenado inicialmente por Ester Limonad com a subcoordenação de Leda Buonfiglio (ambas docentes do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências), e posteriormente coordenado por Leda Buonfiglio com a subcoordenação de Clarissa da Costa Moreira (Departamento de Urbanismo).

Ressalta-se que, durante todo o período de vigência do projeto, foi intenso o diálogo com a equipe da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade (SMU) da Prefeitura de Niterói, e de valiosas trocas em especial com os subsecretários e responsáveis fiscais pelo projeto, inicialmente Rogério Gutierrez Gama e, posteriormente, Fabrício Arriaga Tavares, e com a gestora Betina L. Lopes de Araújo.

A estrutura física e material para o desenvolvimento do projeto ocorreu no Laboratório de Estudos Cidade, Espaço e Lugar, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, no *campus* da Praia Vermelha da UFF, em Niterói. Foram diversos discentes de graduação que contribuíram compondo a equipe do projeto via auxílio de bolsas ou de forma voluntária que, como produto de pesquisa apresentaram trabalhos de TCC, projetos de Iniciação Científica e de Mestrado a partir das temáticas estudadas. Destaca-se a contribuição do então pesquisador e pós-doc João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro, atual docente da UERJ, na estruturação da ideia inicial do Observatório e do grupo de estudos do projeto.

A ideia de um observatório surgiu da necessidade de tornar a área central de Niterói um objeto de estudo concreto a partir de um arcabouço teórico que desse conta de explicações próprias para as dinâmicas urbanas e configurações territoriais locais. A busca da compreensão multifacetada das formas de uso, produção e apropriação do território do centro de Niterói revelou narrativas singulares da cidade a partir de moradores, trabalhadores, pescadores, estudantes universitários, e demais usuários do centro atrelados a circuitos específicos e/ou modos de vida tradicionais que, por sua vez, gerou um primeiro produto de uma primeira cartografia socioterritorial do centro de Niterói, que resulta no presente livro.

Para dar conta da diversidade socioterritorial dos modos de vida dos pescadores na área central de Niterói, contamos com o olhar multidisciplinar dos pesquisadores Leticia Carvalho Gianella, da ENCE-IBGE, e de Rafael Torres que, juntamente com Ellen Liborio de Azevedo e Matheus Vivo Meneguesso, produziram um farto material com leituras sobre a realidade local das três situações encontradas a partir de trabalhos de campo e oficinas, que levaram à confecção dos subcapítulos “Territórios da Pesca” (Boa Viagem e os Marisqueiros do Morro do Palácio; Comunidade de Pescadores da Praia Grande e Ponta D’Areia: tradição pesqueira e desafios atuais).

A parceria com Clarissa da Costa Moreira surgiu desde o início da pesquisa com a organização da parte dos vazios urbanos em áreas centrais, estruturando a metodologia para mapeamento desses, o que gerou uma vasta produção de dados a partir de trabalhos de campo e a oficina culminando, por fim, no Capítulo 4 – “Territórios populares, vazios urbanos e moradia social inclusiva”. Os demais subcapítulos dos territórios populares (“Território dos Camelôs” e “Território de Estudantes: o Circuito Universitário”) foram resultado de uma pesquisa empírica com estudantes realizando trabalhos de campo para levantamento, coleta de dados e entrevistas. A essas contribuições somam-se os trabalhos profissionais de Renato da Silva Lopes, na parte do Geoprocessamento, delimitação dos territórios populares e produção de mapas do presente livro. A produção de parte das belas imagens deste livro é fruto das fotos aéreas do *drone* comandado por Paulo da Silva Santos.

Para além do seu caráter acadêmico, o ObservaCentro almeja dar sequência à construção de uma rede horizontal de conhecimento local com pesquisadores e estudantes, promovendo um amplo, aberto e permanente debate com a troca de saberes a partir de mais encontros e oficinas que mobilizem por meio da sociedade acadêmica, bem como a sociedade civil organizada e não organizada, técnicos e gestores comprometidos, o desenvolvimento de pesquisas em Geografia e demais áreas das Ciências Humanas e Aplicadas. Cabe ressaltar que o início da pesquisa em 2021 foi restrito e comprometido com a pandemia de Covid-19 e, portanto, tanto a coleta de campo para dados primários socioeconômicos como demais trabalhos de campo no Centro de Niterói ficaram em suspenso e apenas puderam ter início em 2022.



A área central de Niterói: uma primeira aproximação

Leda Buonfiglio
João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro
Ester Limonad



O presente livro parece-nos oportuno por dialogar com um novo momento do país, quando novas definições conceituais e metodológicas para as periferias foram propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) durante o I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil, ocorrido em Brasília, em 28 de setembro de 2023, com vistas a “superar concepções e posturas associadas ao racismo, à homogeneização, estigmatização e ao racismo ambiental, bem como o paradigma da ausência e da carência buscando pautar conceitos e métodos nos paradigmas da potência e da diversidade que as favelas e comunidades possuem”¹. Por conseguinte, em substituição a “aglomerados subnormais”, as designações alternam e variam entre comunidades e favelas² num reconhecimento histórico e discursivo. O termo “territórios populares” foi mencionado por “representantes da academia e de organizações da sociedade civil produtoras de informações” e de acordo com o documento produzido pelo encontro “não foram avaliados os riscos e as potências de sua utilização pelo IBGE”.

De forma heurística, inicialmente, designamos aqui de territórios populares, aqueles locais que manifestam dinâmicas e processos socioeconômicos demarcados por: i) comércio popular com a oferta de produtos e serviços populares; ii) assentamentos populares, ainda que o acesso à terra e/ou habitação seja de forma improvisada e precária jurídica e/ou urbanisticamente (ocupações coletivas organizadas ou espontâneas, cortiços e fave-

las); iii) usos e apropriação cultural e simbólica de espaços públicos e/ou privados por diversas faixas etárias, gêneros, raças e etnias; iv) comunidades tradicionais precarizadas em seu acesso à terra e/ou moradia e/ou sustento dos quais seus modos de vida sejam cruciais para a reprodução de sua existência.

Em razão da adjetivação “popular” e porque são ordinariamente ocupados pela presença popular de trabalhadores e famílias pobres, esses são territórios frequentemente indesejáveis do ponto de vista do estigma social, o que reforça e demarca ainda mais fronteiras socioespaciais econômicas, políticas e culturais bem visíveis na morfologia da paisagem, tão comuns às cidades brasileiras e, particularmente, às suas áreas centrais (Monteiro; Broudehoux, 2019; Monteiro; Buonfiglio, 2019).

Do ponto de vista discursivo e ideológico, há uma hierarquização desigual de marcadores sociais que acabam por se expressar de forma territorial, a partir do modelo de urbanização historicamente praticado no Brasil, conforme Barbosa (2017, p. 10-11):

Presenciamos um modelo de urbanização que opera uma profunda distinção entre sujeitos sociais que devem ser considerados como integrados ou não à ordem urbana de direitos. Ou seja, há uma hierarquização territorial largamente apoiada em representações de não reconhecimento de sujeitos de direitos e, no seu limite, por uma perversa indiferença com a vida do outro na condição de desigual (e que se apresenta como diferente). (...) Suas obras territorializadas sempre foram interpretadas e tratadas como ilegais, irregulares, informais, clandestinas (...) subnormais e precárias, sobretudo por terem se constituído sem o crivo do controle governamental, em enfrentamento à lógica hegemônica do mercado e, evidentemente, pela origem social e racial de seus habitantes. O não reconhecimento dos lugares de moradia popular foi instituinte de estereóti-

¹ Sobre o assunto, consultar IBGE (2023). Texto que apresenta as demandas ao IBGE acordadas em plenária após o I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil, ocorrido em Brasília, 28 de setembro de 2023. Arquivo digital: demandas_ibge_plenaria.pdf.

² Favelas e comunidades urbanas; • Favelas e comunidades; • Favelas e assentamentos populares; • Favelas e territórios populares; • Favelas. Favelas e territórios populares; • Favelas.

pos de carência e estigmas de violência que autorizaram ações discricionárias e autoritárias do Estado diante das diferentes e complexas estratégias dos seus moradores. (...) Trata-se, na verdade, do não reconhecimento da cidadania dos lugares habitados por homens e mulheres marcados pela desigual apropriação e uso da cidade (...) Afirmamos então que nossas metrópoles e cidades se tornaram não somente máquinas de reprodução de desigualdades sociais, mas acima de tudo liquidificadoras de direitos de sujeitos sociais.

Partimos do pressuposto de que o Estado em seu projeto de modernização, em suas práticas de reprodução social, tende a controlar e regular as ações e processos em várias dimensões da vida, contudo, de modo insuficiente, seja pela sua forma administrativa, abstrata e racional, seja pelo manejo uniforme e genérico, de todo modo, incapaz de captar e lidar com a complexidade do tecido social, o que acaba por produzir um distanciamento da sociedade em suas demandas e que se traduz na criação de “margens”:

A reflexão é de tentar ver o Estado a partir das suas margens, entendendo estas não do ponto de vista geográfico, e sim do espaço social (...) Das e Poole (2004) sustentam que os processos reais da sociedade são percebidos na perspectiva invertida, sugerindo etnografias como recurso teórico de entendimento da vida social nas margens do Estado. (...) Ora, a sociedade vista de suas margens, significa uma inversão do olhar, uma insurreição da perspectiva dominante, incluindo a da periferia urbana, com suas escalas de intermediação da vida (Castro, 2014, p. 102-103).

A compreensão do Estado a partir de suas margens, sobretudo na escala intraurbana, nos parece um caminho metodológico que privilegia uma perspectiva mais próxima

do conceito de territórios populares que buscamos delinear aqui, já que eles são carregados de práticas sociais, lugares e linguagens. E porque ainda é preciso superar “a persistência do desconhecimento e do desprezo pelas vivências compartilhadas” pelos sujeitos dos territórios populares cujos esforços de habitar significam reiteradamente “inventar possibilidades de existência diante da ordem urbana perversamente desigual” (Barbosa, 2012, p. 10).

Ainda que se considere que houve esforços em “ampliar o acervo de conhecimento sobre o que sejam os espaços periféricos”³ (Ceccheto *et al.*, 2020, p. 179), para efeitos deste estudo, delimitar periferias sociais, políticas e econômicas no interior das áreas centrais esbarraria em limites epistemológicos e metodológicos, uma vez que entre os territórios populares abordados há comunidades tradicionais. Em especial, comunidades tradicionais de pescadores e marisqueiros que não podem ser classificadas simplesmente como periféricas, ainda que o modo de vida desses sujeitos sociais e famílias esteja precarizado em seu acesso à terra, à moradia e ao seu principal sustento, a pesca artesanal. De fato, delimitar as “periferias do centro de Niterói” seria estigmatizar mais ainda territórios potentes acomodando-os tão somente nas bordas de um centro planejado. Intelectualmente seria como aprisioná-los em “uma zona de confinamento físico e simbólico, fechada em si mesma, encerrada em sua subalternidade urbana” (Ceccheto *et al.*, 2020, p. 178). A escolha aqui pelo conceito, em construção, de territórios populares ao invés de periferias, se justifica como forma de romper e superar tal análise subalterna que em última instância é a visão que se reproduz desses territórios na sociedade, Estado e

³ A coletânea *Espaços Periféricos: política, violência e território nas bordas da cidade* analisa, sob múltiplos enfoques, o distrito de Sapopemba, na zona leste da cidade de São Paulo. Para além de uma pesquisa empírica, há uma importante periodização da literatura sobre periferias.

mesmo na universidade. E afinal, se a periferia contém em si territórios populares, nem todo território popular configura uma periferia. Contudo, todo território popular assim como toda periferia representam algum tipo de fronteira no tecido urbano, seja ela econômica, social, política, cultural. Portanto, são essas fronteiras e essas margens que nos interessam como leitura da realidade social constituídas por sujeitos que “inscrevem seus percursos e negociam seus pertencimentos” em “trajetos singulares que se movem no aquém e no além da periferia e possuem traçados que borram seus limites, fazendo aparecer tantas centralidades urbanas quanto deslocamentos das fronteiras socioespaciais e dos sujeitos através delas” (Cecchetto *et al.*, 2020, p. 177).

Niterói, como outras cidades brasileiras, carrega a contradição de ser:

Uma cidade plural na produção de identidades e desigual na hierarquização dos marcadores sociais de seus inscritos. Uma cidade de embates sobre a visão hegemônica de si, costurada pelas tramas do poder que revelam assimetrias e, por sua vez, enfrentamentos entre atores e instituições. Uma cidade de luta em suas teias relacionais que explicitam o conflito como instituinte da construção identitária e do seu reconhecimento pelos cidadãos (Cecchetto *et al.*, 2020, p. 177).

Niterói produz, reproduz, retroalimenta, introjeta e exporta uma visão e um discurso levados a cabo por projetos e agentes sociais hegemônicos ou, como pontuam os autores, refém de uma representação dominante (Oliveira; Mizubuti, 2007, 12, p. 3).

Posicionar pescadores como sendo periféricos seria desqualificar suas narrativas identitárias já que a “negociação de pertencimentos” supera uma dimensão simbólica e cultural, mas é já a afirmação de seus territórios como condição de existência e de reprodução da vida. Por isso que, mais que reconhecer esses territórios populares, trata-

-se de posicioná-los em uma centralidade para a análise econômica e política da cidade.

Talvez nos ajude nesse debate recordar que a categoria de *território usado* – e não território simplesmente – é o que interessa discutir (Santos; Silveira, 2002), posto que abarca e se constitui de “um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes (...) relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo” (Santos, 2000). Logo, território é um conceito ligado à prática social que convoca os sujeitos da ação, homens e mulheres em suas existências (Barbosa, 2015, p. 2), sujeitos esses e essas que não são meros usuários que consomem o espaço, mas verdadeiramente os praticantes do território (Ribeiro, 2006).

De fato, há uma distinção necessária de ser feita entre território como categoria da prática e território como categoria normativa, o primeiro acionando movimentos populares, sociais e/ou grupos subalternos e o segundo, que corresponde ao Estado, deixando patente que tal distinção se dá sobretudo pelo uso que sujeitos implicados fazem desse território. O território enquanto “espaço-tempo vivido”, densificado, múltiplo, “diverso e complexo” se opõe ao território “unifuncional” que obedece à “lógica capitalista hegemônica, através da figura do estado territorial moderno” sem admitir multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou territorialidades (Haesbaert, 2014, p. 57-58). O território como categoria normativa, unifuncional, sob a lógica estatal confirma a existência de um paradigma territorial hegemônico cujo instrumento é de dominação política-econômica, funcional à exploração de recursos, enquanto o outro território, diverso e múltiplo, atrelado à categoria da prática, usado e vivido, confirma um paradigma contra-hegemônico, cuja forma de apropriação é mais subjetiva e/ou cultural-simbólica, em que o laço e o vínculo que se estabelece da sociedade-natureza é muito mais denso (Haesbaert, 2014, p. 54).